

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.376.320 - SP (2018/0265898-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : LEANDRO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADOS : GABRIEL MACHADO MAGLIO - DEFENSOR PÚBLICO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PENAL. ROUBO. PENA DE 4 ANOS. REGIME INICIAL SEMIABERTO. ART. 33, § 2º, B, DO CP. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **Leandro Pereira dos Santos** contra decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que, em juízo de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial por ele apresentado (fls. 280/282).

O agravante foi condenado à pena de 4 anos de reclusão, em regime semiaberto, em razão da prática do crime de roubo, art. 157, *caput*, do Código Penal (fls. 143/148, 188/191 e 214/216).

Nas razões recursais, a defesa aponta negativa de vigência dos arts. 33, § 3º, e 59, III, todos do Código Penal, *visto que todas as circunstâncias judiciais são favoráveis ao recorrente, mas o regime aberto deixou de ser fixado* (fl. 229).

Requer o agravante, em necessária síntese, o seguinte (fl. 241):

[...] Pelo exposto, aguarda-se seja o presente Recurso Especial recebido e provido, para que seja estabelecido o regime aberto para o início de cumprimento da pena imposta ao recorrente.

[...]

Apresentadas contrarrazões (fls. 268/278), o recurso especial não foi admitido por incidência da Súmula 7/STJ (fls. 280/282). Contra essa decisão a defesa interpôs agravo (fls. 294/312).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (fls. 345/350).

É o relatório.

Presentes os requisitos de admissibilidade do agravo, passo ao exame das razões do especial.

Ab initio, contravindo os argumentos recursais, a teor do art. 33, § 2º, *b*, do Código Penal, cabível a fixação do regime prisional semiaberto, a despeito da fixação da pena de 4 anos, *in casu*.

Com efeito, a sentença fixou o regime inicial semiaberto nos seguintes termos (fl. 147 e 148 – grifo nosso):

[...] A quantidade de pena aplicada em confronto com o fato de ter sido o **crime praticado mediante violência à pessoa**, fatos estes amparados ainda a primariedade do réu, entendo como mais adequado para início do cumprimento da pena, o regime semiaberto. O delito de roubo atormenta a sociedade ordeira, e no caso houve emprego de violência física, embora módica. Contudo, o acusado não possui antecedentes criminais.

Por se tratar de delito cometido com grave ameaça à pessoa, não há que se falar em substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

[...]

Igualmente, o voto condutor do acórdão *a quo* manteve o regime inicial semiaberto ao seguinte fundamento (fls. 190 e 191 – grifo nosso):

[...] 3. O crime de roubo consiste atualmente no maior flagelo a desafiar a Segurança Pública, gerando verdadeira síndrome do medo e constituindo forma indireta de a marginalidade tolher a liberdade da população. À vista dessa realidade, a despeito de o recorrente não possuir maus antecedentes, descabida a imposição do regime mais suave a infrator que ostenta claro desvio de comportamento:- o réu perpetrrou o delito em desfavor de uma mulher, mediante violência física (**a ofendida Larissa Silva Santiago asseverou nas duas etapas da persecução criminal que estava n'um ponto de ônibus quando foi surpreendida pelo increpado, que a empurrou, apoderando-se do aparelho de telefonia celular que estava nas mãos da vítima, encetando fuga em seguida - fls. 09 e mídia digital**).

Demais disso, a Colenda Turma interpreta como brando em demasia o regime aberto, sobretudo diante do conteúdo naturalístico imanente ao ilícito de roubo. Aliás, já recomendava jurisprudência formada quando as estatísticas criminais ainda não eram tão apavorantes como as que hoje

propagam:

"Em se tratando de roubo, uma das mais inquietantes expressões da criminalidade em nossos dias, é de primeiríssima intuição que o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade não deve ser colocado na etapa mais benigna do sistema progressivo" (RJDTACRIM, 7/153).

De rigor, portanto, a manutenção do regime intermediário para o resgate da corporal.

4. Em decorrência do exposto, pelo meu voto, nega-se provimento ao apelo, reeditada, pelos méritos que oferece, a r. decisão hostilizada.

[...]

Nesse sentido: HC n. 436.110/SP, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 25/4/2018.

Diante disso, não merece provimento o recurso em exame.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator